

PERSONALIDADE E PROCESSOS COGNITIVOS

2010

Trabalho realizado na unidade curricular Teorias da Personalidade

Paulo Alexandre Simões Ernesto

Estudante da Licenciatura em Psicologia
pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Portugal)

Contacto:

pauloernesto@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo pretende apresentar como e em que momento a personalidade cruzou os caminhos dos processos cognitivos. Ao longo dos tempos, vários autores foram defendendo quer a sua correlação, quer a autonomia de ambas as dimensões, não esquecendo as razões que se consubstanciam na raiz da sua identidade. Personalidade e inteligência podem, afinal, não ter vida própria e estar incluídas na grande classe que é o estilo de pensamento. Ao longo do artigo, assistimos a uma constante multiplicidade de desdobramentos de abordagens possíveis, para melhor compreender o que somos e porque somos.

Palavras-chave: Personalidade, processos cognitivos, pensamento

A personalidade não está isolada dos processos cognitivos. Porém, os dois grandes domínios da psicologia diferencial (inteligência e personalidade) seguiram caminhos paralelos, cruzando-se apenas de forma episódica, ainda que dois dos grandes autores da personalidade – Cattell e Eysenck – se tenham interessado pela inteligência (Cattell, 1987; Eysenck, 1988). Para dar uma estimativa do número de estudos que tiveram por objecto estes dois domínios, Ackerman e Heggstad (1997) relatam, numa meta análise, 135 estudos sobre os temas em questão, desde 1964. Actualmente inúmeros autores pensam que os maiores progressos no que se refere à inteligência provirão de estudos e trabalhos centrados na interface entre a personalidade e a inteligência (Sternberg e Ruzgis, 1994; Saklofske e Zeidner, 1995; Collis e Messick, 2001).

Para compreender um pouco o relacionamento entre a inteligência geral e a personalidade existem muitos estudos que tentam explicar que a relação entre o quociente intelectual (QI) e a personalidade está longe de ser unívoca (Stough *et al.*, 1996). Num vasto estudo, Eysenck (1971) refere que as três dimensões da personalidade do seu modelo – a saber, a extroversão, o neuroticismo e o psicoticismo – não apresentam uma relação assinalável com os resultados obtidos no teste das matrizes de Raven, relativamente a 396 sujeitos. Daí o autor deduziu que a inteligência e a personalidade produzem dimensões ortogonais. Um anterior estudo de Eysenck e Cookson (1969), contudo, demonstra uma associação positiva entre a inteligência e a extroversão, em crianças, embora esta relação se inverta no caso dos adolescentes. Zneider (1995) explica este fenómeno do seguinte modo: quanto mais se progride no nível de ensino, mais os sujeitos inteligentes se tornam introvertidos, tornando-se os menos inteligentes, extrovertidos.

Saklofske (1985) confirma o ponto de vista de Eysenck relativamente à ausência de relação entre inteligência e personalidade. Nesse estudo, o QI é avaliado pela bateria de Kaufman, no que se refere a 105 crianças, entre os 8 e os 10 anos. Os resultados não demonstram associações entre os resultados do teste de personalidade e os dos testes de inteligência. Todavia, 2 estudos mostram que a dimensão de extroversão se encontra correlacionada com o QI, em relação a adolescentes (Lynn *et al.*, 1982; Crookes *et al.*, 1981).

Ackerman e Heggstad (1997) referem, por um lado, que, de entre todas as associações possíveis entre inteligência e personalidade, muitas não foram investigadas ou apenas o foram através de um número muito limitado de estudos; por outro lado, quando tais associações se verificavam, as correlações manifestadas eram relativamente fracas, raramente ultrapassando a barreira dos 0,30.

Por exemplo, relativamente a 63 estudos referenciados pelos autores, que estudam as relações entre a extroversão e a inteligência cristalizada, incidindo em 24280 sujeitos, a correlação estimada é de 0,11. Paralelamente, 30 estudos debruçaram-se sobre as relações entre o neuroticismo e a inteligência geral (cobrindo um total de 6169 sujeitos), tendo a correlação entre as dimensões correspondido a -0,15. Um aspecto interessante, que se destacou, foi o facto de os estudos centrados nas relações entre a inteligência e a dimensão de abertura, do modelo dos cinco factores, relatarem as correlações mais importantes (0,33). Esta elevada correlação, todavia, não é extraordinária considerando que a abertura comporta semelhanças com a inteligência (Kline, 2001). A correlação entre a dimensão de psicoticismo e a inteligência é relativamente baixa. Ackerman e Heggstad (1997) relatam uma correlação média de -0,17 entre esta dimensão e a inteligência cristalizada. Enquanto o estudo de Woody e Claridge (1997) sugeria que o psicoticismo estava fortemente associado à criatividade, a meta-análise de Ackerman e Heggstad (1997) faz menção de uma correlação negativa entre as duas dimensões (-0,15).

Baseando-se em hipóteses teóricas diferentes e inaugurando assim uma série de estudos, Robinson (1989) mostra que os sujeitos introvertidos obtêm mais êxito nas tarefas que requerem

a inteligência verbal, enquanto os extrovertidos se mostram superiores no que se refere às tarefas de execução. Os sujeitos masculinos que têm um resultado intermédio na dimensão de extroversão apresentam resultados mais elevados nos subtestes associados aos processos mnésicos e de atenção, bem como nos cubos e na disposição de imagens. O inverso é verdadeiro para os sujeitos femininos neutros. Todavia, Saklofske e Kostura (1990) não observam diferenças entre os QI verbais e de execução, relativamente a 84 crianças, repartidas por 3 classes: extrovertidas, neutras e introvertidas. De igual modo Barrett e Eysenck (1992) não apresentam diferenças entre os extrovertidos e os introvertidos, no que se refere a diversas dimensões da inteligência. Estes estudos não confirmam a teoria de Robinson, embora acrescentem pontos à posição de Eysenck, que pretende que a personalidade não esteja associada à inteligência (Eysenck, 1971).

Robinson (1989) apresentou outro modelo neurofisiológico da inteligência, no qual as relações lineares são substituídas por relações curvilíneas. Baseando-se em estudos que reúnem o nível de despertar cortical e as performances cognitivas, o autor pretende que os mecanismos neurofisiológicos que apoiam os comportamentos inteligentes são óptimos quando funcionam com um nível moderado de despertar. Robinson concluiu que um nível intermédio de despertar induz uma melhor transmissão neuronal de informação. Uma vez que, na opinião de Eysenck, o extrovertido possui um despertar cortical fraco e que o introvertido exhibe o inverso, o autor postula que os neutros são favorecidos nas tarefas cognitivas.

Stough e colaboradores (1996) fornecem elementos em favor da teoria de Robinson, que postula uma relação em “U” invertido entre a extroversão e a inteligência: os neutros são favorecidos relativamente aos introvertidos e aos extrovertidos. Nesse estudo, os neutros apresentam resultados de QI maiores do que os extrovertidos e os introvertidos. Esta vantagem observa-se tanto no QI verbal como no QI de execução. Para além disso, os resultados obtidos nas matrizes progressivas de Raven são maiores (média de 27) nos neutros do que nos extrovertidos (média de 25), respeitando a predição da relação em “U” invertido. A verificarem-se, estes resultados comportam importantes implicações pedagógicas, pois dão conta da existência de um nível óptimo de despertar cortical que favorece a aprendizagem e as performances cognitivas, além de esse mesmo nível óptimo poder ser medido pela extroversão. As performances dos indivíduos poderão ser melhoradas, manipulando-se o nível óptimo de despertar.

Roberts (2001) não confirma os dados de Stough e colaboradores (1996). O estudo incide sobre 209 sujeitos, divididos em 3 grupos: extrovertidos, neutros e introvertidos. Em lugar de utilizar o QI como medida da inteligência, Roberts selecciona 2 testes cognitivos: primeiramente um teste de rotação espacial, em que os sujeitos devem descobrir mentalmente qual o resultado da dobragem de uma figura em duas dimensões e, em segundo lugar, um teste verbal, no qual os indivíduos devem escolher, de entre um conjunto de palavras, as que completam diferentes analogias. Os resultados mostram que a relação em “U” invertido não se observa. Na melhor das

hipóteses existe uma relação linear entre a extroversão e o teste verbal: os introvertidos apresentam os resultados mais elevados. Paralelamente a dimensão de psicoticismo está correlacionada com os resultados obtidos no teste verbal e no de rotação espacial, significando que os sujeitos com um resultado elevado em psicoticismo obtêm resultados maiores nos dois testes cognitivos. O neuroticismo encontra-se negativamente correlacionado com o teste espacial, mas não com o teste verbal.

À semelhança do que Roberts constatou, o postulado segundo o qual os neutros apresentam sempre o nível óptimo de despertar para realizar uma tarefa cognitiva está, provavelmente, errado. De facto, é mais razoável pensar que determinadas tarefas necessitam de um despertar importante e, portanto, favorecem os introvertidos, que outras precisam de um despertar moderado, favorecendo, portanto, os extrovertidos e que, outras ainda requerem um nível óptimo de despertar, sendo favorecidos os neutros: este princípio poderia estar na origem dos dados contraditórios obtidos na literatura relativa às relações entre a inteligência medida através dos testes de aptidão e a personalidade.

Na mesma óptica, Matthews e Dorn (1995) insistem no facto de os introvertidos e os extrovertidos poderem ser favorecidos em determinadas tarefas mais do que noutras. Em vez de procurar relações globais entre a inteligência e a personalidade, será mais conveniente encontrar as tarefas melhor conseguidas por uns e por outros. Eysenck (1971) afirma que os extrovertidos privilegiam a velocidade em detrimento da exactidão e que os introvertidos se comportam de maneira oposta. Os extrovertidos levam mais tempo do que os introvertidos a resolver os últimos itens de um teste. Assim, se um teste for curto e recompensar as respostas rápidas, os extrovertidos estarão em vantagem, enquanto, se o teste durar mais tempo, exigindo uma atenção sustentada e sancionando as respostas impulsivas, serão os introvertidos a estar em vantagem. Num estudo antigo, Jensen (1964) demonstrou que o resultado de extroversão está negativamente correlacionado com o número total de respostas nas matrizes progressivas de Raven - administradas sem limite de tempo -, mas também que este resultado se encontra altamente correlacionado com o tempo utilizado pelos sujeitos para realizar o teste.

Rawlings e Carnie (1989) propuseram 4 provas cognitivas a indivíduos, num caso com limite temporal e noutra caso sem esse limite. Os resultados mostram que os extrovertidos ultrapassam os introvertidos quando as provas são realizadas sob um constrangimento temporal; quando as provas são efectuadas sem o referido constrangimento, os introvertidos têm maior êxito do que os extrovertidos. Além disso, os extrovertidos são mais eficientes nas provas verbais, enquanto os introvertidos se distinguem nas provas de memória. Todavia, Rawlings e Skok (1993) não confirmam estes resultados com crianças entre os 10 e os 12 anos e Furnham e colaboradores (1998) obtêm resultados um pouco diferentes. Entre outras coisas, estes autores constataam que a estabilidade emocional se encontra correlacionada com a inteligência e que o tempo necessário para preencher o questionário de personalidade de Eysenck se encontra fortemente correlacionando também com a inteligência.

Num outro estudo, Raine e colaboradores (2002) demonstram que a procura de sensações nas crianças de 3 anos está fortemente correlacionada com os respectivos QI, medidos aos 11 anos. Este importante estudo incidia sobre 1795 crianças, sendo 49% raparigas e 51% rapazes. Cada criança foi objecto de uma medida de inteligência aos 3 e aos 11 anos e, conjuntamente, aos 3 anos, foi obtido um índice de procura de sensações e de socialidade. Este índice baseava-se em 4 pontos: 1) o número de comportamentos dirigido a novos brinquedos, numa situação experimental, 2) o número de verbalizações durante o teste de inteligência, 3) os sinais de amizade dirigidos ao examinador, da parte da criança, ao longo do teste de inteligência e 4) o número de interacções dirigidas pela criança a outras crianças, numa situação de interacção social. Os resultados evidenciaram, também, que as crianças que obtiveram notas mais altas no índice de procura de sensações tinham notas superiores nos testes de inteligência. Esta constatação é bastante surpreendente, pois as crianças, tal como os adultos, com resultados extremos, no tocante à procura de sensações, habitualmente apresentavam problemas de toxicomania e, com frequência, exibiam comportamentos anti-sociais (Cloninger *et al.*, 1988; Raine *et al.*, 1998; Zuckerman, 1994), comportamentos esses que, conseqüentemente, desencadeiam performances menos boas em diferentes teste cognitivos (Lynam *et al.*, 1993; Moffitt e Silva, 1988; Tarter *et al.*, 1993).

Estes dados provam que um ambiente estimulante exerce grande influência sobre as capacidades cognitivas posteriores de uma criança, confirmando os estudos de Zuckerman (1994), que encontram relações positivas entre a procura da sensações e a inteligência, no que se refere a adolescentes. Estes dados sustentam, deste modo, a ideia de acordo com a qual as crianças criam os seus próprios ambientes e seleccionam os ambientes que mais se associam aos seus próprios traços de personalidade (Scarr, 1992). É também provável que as crianças caracterizadas por um resultado alto de procura de sensações sejam mais inteligentes, por serem mais activas ao nível psíquico. Pelo menos é isto que sugere um estudo realizado com ratos em que a manipulação da actividade física induz o crescimento de novos neurónios no hipocampo (van Praag *et al.*, 1999). Todavia, Raine e colaboradores (2002) pensam que as crianças que mais exploram os seus próprios ambientes são necessariamente mais curiosas e que essa característica é mais do que certo que tem implicações nos resultados.

Conforme o que foi descrito anteriormente não há uma relação assinalável, consistente e reprodutível entre a personalidade e a inteligência. Existem algumas pistas, mas alguns autores consideram ser necessário encarar as relações entre estes dois domínios sob um ângulo diferente do das correlações (Salovey e Mayer, 1994; Aternberg, 1994; Ackerman e Heggestad, 1997).

Sternberg (1994) estima que a noção de estilo de pensamento constitui uma interface interessante para estudar as relações entre a personalidade e a inteligência. O autor parte da constatação de que indivíduos com inteligências comparáveis vão exprimi-las de forma diferente, não através da personalidade, mas antes do próprio estilo de pensamento. O Para Sternberg (1994), trata-se de uma maneira de pensar; não constitui uma aptidão, mas antes uma

circunstância de exprimir ou de utilizar as suas próprias aptidões. Este autor propõe uma teoria de estilos de pensamento baseada na noção de *governo ou autogestão mental*, que se articula particularmente bem na relação entre personalidade e inteligência: é a forma como cada um gere as relações entre as estruturas externas, que se manifestam socialmente, e as que sustentam os processos psicológicos fundamentais.

Na base da teoria, encontramos a noção segundo a qual os indivíduos têm necessidade de referências para organizar e dirigir as suas actividades quotidianas. Na maioria das vezes, os sujeitos constroem estilos de pensamento que permitem organizar a própria vida. Estes estilos não são inflexíveis, adaptando-se às diferentes situações. Assinala-se um paralelo com os construtos de Kelly (1991). Sternberg utiliza a metáfora do *governo* para construir a sua teoria. O autor considera que os diferentes tipos de governo que podemos encontrar nos 4 cantos do mundo não surgiram do acaso; os referidos tipos apenas reflectem os estilos de pensamento que se encontram no espírito dos homens.

O governo mental possui 3 funções: 1) uma função legislativa, 2) uma função executiva e 3) uma função judiciária. A primeira faz referência à criatividade, à formulação, à imaginação e à planificação. A segunda compreende a execução e implementação dos elementos formulados, planificados e imaginados pela função legislativa. A terceira função – a judiciária – julga, avalia e compara os resultados que se seguiram às aplicações das ideias. O governo mental requer estas três funções, embora, na maioria dos indivíduos, uma das funções domine as outras. Os indivíduos cujo estilo é legislativo preferem criar as suas próprias regras e fazer as coisas à sua maneira; os indivíduos com um estilo executivo preferem seguir as regras e os indivíduos com um estilo judiciário gostam das regras e de avaliar e julgar os outros, privilegiando as tarefas analíticas, relativamente às globais.

O governo mental distingue-se, igualmente, pelas formas que pode assumir. Apresenta-se com 4 formas: 1) monárquica, 2) hierárquica, 3) oligárquica e 4) anárquica. No estilo *monárquico*, existe uma notória preferência por uma forma habitual de considerar os acontecimentos. As tarefas são executadas, uma a uma, com uma ordem de preferência, sem margem para distrações. No estilo *hierárquico*, as diferentes tarefas são tratadas de modo estruturado, concedendo-se uma prioridade a algumas de entre elas, embora reconhecendo a importância das restantes. No estilo *oligárquico*, as diferentes tarefas são todas importantes, sem qualquer prioridade: há que fazer tudo ao mesmo tempo. No estilo *anárquico*, não há regra alguma, nem qualquer procedimento a seguir. Dito de outro modo, os indivíduos que privilegiam esta forma de governo mental estão mais à vontade em situações pouco estruturadas, em que não é necessário seguir regras.

O governo mental exerce-se, também, a 2 níveis: 1) um nível global e 2) um nível local. Uma pessoa com um estilo global prefere situações e tarefas bastante amplas e abstractas e não se preocupa com pormenores. Esta pessoa possui uma visão alargada dos problemas. Em

contrapartida, uma pessoa com um estilo local prefere problemas concretos, que impliquem tempo e precisão.

Sternberg (1994) determina 2 domínios ao governo mental: 1) interno e 2) externo. Tal como um governo trata, em simultâneo, de questões internas e externas ao país, o governo mental deve tratar de elementos internos e externos. Os indivíduos com um estilo interno são mais introvertidos, tímidos, menos à vontade socialmente e preferem trabalhar a sós. Os indivíduos com um estilo externo, por sua vez, são mais extrovertidos, procuram o contacto, preferindo trabalhar em grupo e trocar ideias. São sujeitos cooperante. Atribui ainda, o mesmo autor, duas perspectivas ao governo mental: 1) a perspectiva conservadora e 2) a perspectiva progressista. Tal como um governo divulga prioridades, os estilos de pensamento podem ser separados em estilo conservador e estilo progressista. No estilo conservador, os sujeitos aderem às regras, não apreciam a mudança, preferindo evitar as situações ambíguas, não articulando bem com o estilo legislativo. No estilo progressista, deparamos com pessoas que apreciam transgredir as leis ou adaptá-las, segundo a evolução do ambiente. Trata-se de pessoas que se aborrecem rapidamente, sempre que nada de novo ocorre.

Sternberg (1994) sugere que os diferentes estilos acima enumerados têm implicações na evolução das capacidades cognitivas dos indivíduos. O autor baseia-se nos diferentes tipos possíveis de avaliação dos estudantes. Por exemplo, no método do questionário de escolha múltipla, o estudante deve responder a inúmeras questões muito rapidamente, eliminando os itens que pareçam absurdos. Ainda que esta forma de avaliação possua diversas vantagens ou que se revele cada vez mais utilizada por diversos professores, a mesma tende a favorecer certos estilos de pensamento. Com efeito, o estilo executivo, local, interno e conservador estão notoriamente em vantagem. As questões são estruturadas e os estudantes devem resolvê-las de uma só forma, aspecto que convém ao estilo executivo. Habitualmente, as questões são muito específicas e restritas, aspecto mais conforme com o estilo local. Os estudantes não são autorizados a comunicar entre si e devem resolver os problemas sozinhos, facto que coloca o estilo interno em posição vantajosa. Por fim, as respostas são preestabelecidas, não tolerando discussão alguma, o que corresponde claramente ao estilo conservador. Em contrapartida, questões abertas ou exames orais favorecem os estudantes que evidenciam um estilo global, externo, hierárquico e progressista. Os projectos constituem outra forma de avaliação, que concede vantagens aos estudantes legislativos e monárquicos. Se se tratar de um projecto individual, o estilo interno é mais apropriado, enquanto, se se tratar de um projecto de grupo, torna-se mais adequado o estilo externo.

Por forma a avaliar os estilos de pensamento Sternberg (1994) estabeleceu 3 questionários para avaliar os estilos de pensamento. O inventário dos estilos de pensamento é constituído por diversas afirmações que a pessoa deve avaliar, com base numa escala compreendida entre 1 e 9. Por exemplo, a afirmação «Gosto das tarefas que me permitam fazer as coisas como eu entendo» corresponde ao estilo legislativo e a afirmação «No meu trabalho, procuro permanecer tão

próximo quanto possível daquilo que foi feito anteriormente» corresponde ao estilo conservador. Existe igualmente um inventário para professores, composto por itens como «Quero que os meus alunos desenvolvam as suas próprias estratégias de resolução de problemas» (estilo legislativo) e um inventário para os estudantes, onde, por exemplo, encontramos o seguinte item «Quando estudo literatura, prefiro seguir o ponto de vista e a análise do professor, relativamente ao autor, seguindo a sua maneira de encarar a literatura» (estilo executivo).

Sternberg não é o único a considerar que as relações entre a personalidade e a inteligência devem ser abordadas de modo alternativo ao da análise das correlações entre os 2 domínios. O conceito de inteligência social, proposto por Cantor e Kihlstrom (1987; 1994), assenta nas mesmas ideias. A teoria da inteligência social sugere que a personalidade do indivíduo está enraizada no seu modo habitual de resolver os problemas da vida quotidiana, como adaptar-se à escola, encontrar um parceiro, constituir família e assim sucessivamente. Smirnov (1994), por seu turno, pensa que a forma como a inteligência se exprime é determinada pela personalidade e, mais especificamente, pelas escolhas, pelos objectivos e pelos estilos de pensamento dos indivíduos.

Os indivíduos que tendem a ser influenciados pelos aspectos globais dos estímulos, habitualmente apresentam traços particulares de personalidade, como a impulsividade, a extravagância e a expressão emocional. Em contrapartida, os indivíduos que concedem grande importância aos pormenores dos estímulos são mais controlados, solitários e exprimem pouco as suas próprias emoções (Witkin e Goodenought, 1977). Esta característica – deter-se nos aspectos globais ou nos pormenores – exprime-se pelo estilo cognitivo de *dependência do campo* (Huteau, 1955) e faz referência aos 2 níveis do governo mental de Sternberg (1994). Dickman (1985) procurou compreender porque razão os sujeitos impulsivos privilegiavam um modo global de tratamento da informação perceptiva. A hipótese do autor é a seguinte: se os sujeitos são influenciados pelas características globais dos estímulos, tal facto deve-se a que os mesmos experimentem dificuldade em orientar a atenção para pormenores, ignorando o aspecto global. Outra hipótese centra-se na circunstância de os sujeitos sentirem dificuldades em não terem em conta o aspecto geral, em virtude de uma interferência, como se pode observar no teste de “Stroop”. Por fim, uma terceira hipótese poderia assentar no facto de existir uma má integração dos aspectos globais e dos pormenores habitualmente requeridos aquando de uma percepção. Com base nos resultados do estudo, os sujeitos impulsivos apresentariam dificuldades em integrar as informações globais e os pormenores. O autor sustenta que as dificuldades individuais relativamente à impulsividade estão associadas à preferência concedida à velocidade ou à exactidão da resposta. Os sujeitos impulsivos privilegiam particularmente a velocidade, aceitando implicitamente cometer mais erros para conseguirem reproduzir respostas rápidas: trata-se da velocidade em detrimento da exactidão. Em contrapartida, os indivíduos pouco impulsivos preferem dar respostas correctas e toleram que esta escolha se faça em detrimento da velocidade: antes de responderem, os indivíduos devem estar seguros das respostas que vão dar.

Muitos estudos referem que os sujeitos extrovertidos apresentariam melhores resultados em testes mnésicos do que os sujeitos introvertidos: estes últimos privilegiam a exactidão e são mais prudentes do que os extrovertidos, facto que torna mais lento a produção da resposta (Eysenck, 1975). Com efeito, os introvertidos não são mais lentos a procurarem a informação na memória, mas, visto que avaliam com mais minúcia cada informação de que se recordam antes de decidirem qual é a boa, globalmente precisam de mais tempo. A subdimensão de impulsividade da extroversão é mais que provável que tenha implicações nestes resultados (Anderson e Revelle, 1983; Dickman e Meyer, 1988; Eysenck e Eysenck, 1985).

Dickman (1990) investigou mais em pormenor a relação entre a impulsividade e a percepção, distinguindo, nomeadamente, *impulsividade funcional* e *impulsividade disfuncional*. A impulsividade é, muitas vezes, considerada de maneira negativa. Todavia, é apenas na sua forma extrema e patológica que a mesma pode ser nefasta, enquanto que na sua expressão moderada, a dita impulsividade pode conduzir a adaptações positivas. Não esqueçamos que a procura de sensações – uma das dimensões associadas à impulsividade - encontra positivamente correlacionada com o QI (Zuckerman, 1994). Para além disso, quando as tarefas propostas são simples, a rapidez dos indivíduos impulsivos apenas se associa a um baixo número de erros (Dickman, 1985). Paralelamente, quando o tempo concedido aos sujeitos para responderem a um teste é muito curto, os indivíduos impulsivos, realmente, são mais precisos do que os pouco impulsivos. Constitui tarefa fundamental averiguar se os factores que levam os sujeitos a responder rapidamente e de maneira pouco precisa, quando essa estratégia não é adequada, são os mesmos que levam os sujeitos desta maneira, quando esta estratégia é adequada. Mas, dir-se-ia, ainda, que existem dois traços diferentes: dito por outras palavras, existe uma impulsividade adaptativa, ou funcional, e uma impulsividade não adaptativa, ou disfuncional. Na primeira parte do estudo, Dickman (1990) mostra que é possível separar, com o auxílio de um instrumento de auto-avaliação, os dois tipos de impulsividade, que se caracterizam, ambos, por uma tendência para reflectir menos tempo antes de agir, embora, no caso da impulsividade funcional, essa tendência seja reforçada positivamente, enquanto que no caso da impulsividade disfuncional, a referida tendência desencadeie dificuldades. Seguidamente, o autor utilizou uma tarefa de percepção sensível à dimensão velocidade-exactidão. Os sujeitos deveriam estimar se duas figuras complexas eram, ou não, equivalentes. Existiam itens simples e itens complexos. Os resultados permitem verificar que os sujeitos com uma impulsividade funcional utilizam menos tempo para resolver os itens do que os que possuem uma impulsividade funcional fraca. Esta diferença não se observa entre os sujeitos caracterizados por resultados elevados e baixos de impulsividade disfuncional. Paralelamente, os sujeitos caracterizados por um resultado elevado de impulsividade funcional produzem mais erros e obtêm um resultado global maior do que os indivíduos caracterizados por notas baixas de impulsividade funcional. Relativamente à impulsividade disfuncional, os indivíduos com notas altas ou baixas não se distinguem, tanto no tocante aos erros, como no que se refere ao resultado global. Este estudo sugere que a

impulsividade funcional se encontra associado à dimensão de velocidade-exactidão, o mesmo não se verificando no respeitante à impulsividade disfuncional. Este ponto é bastante surpreendente, podendo ser explicado, por exemplo, pelo facto de os sujeitos que exibem uma impulsividade disfuncional adoptarem estratégias que favorecem a velocidade e não a exactidão, apenas em determinadas condições. É, então, bem provável que a impulsividade funcional seja a responsável pelas relações encontradas em diferentes estudos entre a impulsividade e diferentes aspectos do tratamento da informação, o mesmo é dizer, mais globalmente, entre a extroversão e o tratamento da informação.

Compreender de que forma a personalidade e os processos cognitivos interagem constitui um importante objectivo dos investigadores interessados nas relações entre os afectos e as cognições. Um dos assuntos estudados é o que se refere ao impacto dos estados emocionais e da personalidade sobre os aspectos mnésicos e sobre as apreciações. Diversos estudos sugerem que estes influenciam a memória de maneira emocionalmente congruente; por outras palavras, os indivíduos encontrariam mais facilmente as informações armazenadas na memória quando estas se encontram em harmonia com os respectivos estados emocionais, bem como com a respectiva personalidade.

Quando estão de bom humor, os indivíduos são mais particularmente capazes de evocar memórias positivas, emitindo de bom grado apreciações positivas; ao contrário, os indivíduos cujo humor é negativo terão mais facilidade em recordar elementos negativos e emitirão apreciações igualmente negativas sobre os acontecimentos (Forgas, 1994). A teoria de Beck (1991) da depressão descreve o mesmo fenómeno, visto que, de acordo com o autor, os doentes deprimidos focalizam-se de maneira privilegiada nos elementos negativos e, portanto, tendem a recordar-se mais facilmente destes.

Diversos autores colocaram a hipótese de o fenómeno da memória emocionalmente congruente ser igualmente verdadeiro no que diz respeito aos traços de personalidade. Os sujeitos que apresentam resultados altos no que se refere a dimensões da personalidade como a extroversão e as emoções positivas beneficiariam de uma melhor memorização e de uma melhor recordação de acontecimentos relativos a elementos positivos, enquanto os que possuem traços de personalidade considerados mais negativos, como a introversão, o neuroticismo, e as emoções negativas, seriam mais sensíveis à informação centrada em acontecimentos de conotação negativa (Seidlitz e Diener, 1993). Num estudo antigo, Young e Martin (1981) mostraram que indivíduos com um resultado alto de neuroticismo se recordam mais de palavras negativas do que sujeitos com baixo resultado nesta mesma dimensão. Mais recentemente, Derryberry e Reed (1994) referiram que a extroversão estava associada a uma melhor recordação de informações positivas. De facto, as pessoas extrovertidas concedem mais atenção e energia aos acontecimentos e aos sinais positivos, enquanto as pessoas introvertidas atribuem mais atenção aos acontecimentos e sinais negativos. Consequentemente, uns e outros estarão melhor codificados em função da personalidade e formarão uma rede, negativa ou positiva.

O conjunto dos estudos sobre este tema avaliou o impacto dos factores emocionais e o dos traços de personalidade na memória, sem considerar, contudo, as relações entre os factores emocionais e a personalidade. Rusting (1998) questionou a este propósito se ambos os factores poderiam ser considerados factores independentes, desencadeando efeitos próprios ou eles sobrepor-se-iam?

É possível que as emoções e os traços de personalidade interajam para influenciar a memória e as apreciações. Por exemplo, uma pessoa que tem um resultado elevado em neuroticismo pode evidenciar uma notória tendência para se recordar de elementos negativos, durante um período em que os seus afectos são realmente negativos, mas pode não mostrar esse efeito quando experimenta afectos positivos. Por exemplo, Smith e Petty (1995) demonstraram que a auto-estima modula o efeito de concordância emocional numa série de provas mnésicas. Após uma indução de humor negativo, os indivíduos com uma fraca auto-estima apresentam o efeito de congruência emocional esperado: recordam-se preferencialmente, de elementos negativos. Em contrapartida, na mesma série de situações, os indivíduos com uma boa auto-estima produzem mais material positivo, exibindo, por isso, um efeito de desajuste emocional. Os resultados sugerem que os indivíduos que têm uma boa auto-estima tentam neutralizar a acção da indução de humor negativo através da recordação prioritária de informações positivas. Noutro estudo, Josephson e colaboradores (1996) mediram resultados de depressão em indivíduos, tendo induzido estados emocionais negativos e positivos. Depois desta indução, pediram aos sujeitos para relatarem duas recordações e explicarem porque razão escolheram recordações negativas e positivas. Observaram que, na situação em que o humor negativo era induzido, os indivíduos com um resultado baixo de depressão tendiam a recordar-se com mais frequência de lembranças positivas, enquanto os indivíduos com um resultado elevado de depressão, exibiam uma recordação privilegiada de lembranças negativas. Assim, estes autores pensam que, para contrapor a indução negativa, os sujeitos com um baixo resultado de depressão produzem recordações positivas, enquanto os sujeitos relativamente deprimidos não o fazem.

Estes estudos permitem vêr que os traços de personalidade podem interagir de maneira oposta sobre a memória. Outra forma de interacção possível seria considerar que certos traços aumentam o efeito de desajuste emocional sobre a memória: se sujeitos caracterizados por resultados elevados em relação aos traços positivos (extroversão) ou negativos (neuroticismo) elaborarem mais especificamente redes mnésicas, respectivamente mais positivas e mais negativas, então, esses sujeitos serão mais susceptíveis de apresentar um efeito de congruência mnésica, comparativamente a sujeitos que obtenham resultados baixos nestas dimensões. Rusting (1999) propôs-se testar esta hipótese. Num primeiro estudo, alguns indivíduos foram submetidos a diferentes provas mnésicas, de entre as quais se destacam um tarefa de recordação de palavras negativas, positivas e neutras e uma prova onde deveriam redigir uma história curta baseada numa frase positiva («Joana observa o pôr-do-sol»), ou negativa («Ana põe a cabeça entra as mãos »). Os resultados confirmam os dados da literatura: os sujeitos com traços positivos

(extroversão e emoção positiva) recordam-se preferencialmente melhor de palavras positivas do que de palavras negativas e constroem mais histórias positivas que negativas. O inverso verifica-se para os sujeitos com traços negativos (neuroticismo e emoção negativa).

Em contrapartida, os resultados salientam que o humor de base, medido no início da sessão, não influencia de maneira significativa as capacidades mnésicas.

Na segunda parte da experiência, Rusting (1999) testou o efeito produzido pela indução de humor negativo ou positivo nas *performances* dos sujeitos, nas mesmas provas mnésicas. Para tal, os sujeitos deviam ler e depois imaginar mentalmente cenários que num caso era negativo («perder um amigo após uma longa doença») e noutra era positivo («ganhar a lotaria»). Esta técnica produziu resultados satisfatórios, pois os indivíduos, após terem imaginado um ou outro cenário, experimentam, respectivamente, mais humor negativo ou mais humor positivo. Os resultados são bastante similares aos do primeiro estudo relativo às relações entre os traços de personalidade e as *performances* nos diversos testes, embora, neste caso, o humor induza, também, um efeito sobre as capacidades dos indivíduos com um humor positivo (indução) recordam-se mais de palavras positivas do que de palavras negativas e elaboram, preferencialmente, histórias positivas comparativamente aos sujeitos com um humor negativo (indução). Os efeitos da indução dependem dos traços de personalidade: a indução de humor positivo produz mais efeito nas pessoas caracterizadas por resultados elevados nos traços positivos. Em contrapartida, os sujeitos em que se induz um humor negativo, produzem, sobretudo, histórias negativas e têm melhores resultados de recordações de palavras negativas. Em conclusão, este estudo demonstra que, simultaneamente, os traços de personalidade e o humor influenciam de maneira significativa as capacidades mnésicas e confirmam os dados já referidos na literatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, através desta abordagem entre a personalidade e os processos cognitivos que ambas as dimensões estão em inter-ligação constante. A nossa personalidade exerce influência sobre a inteligência e sobre a forma como sentimos e exprimimos as nossas emoções. Enquanto, durante muito tempo, a inteligência e a personalidade eram consideradas dimensões claramente independentes, cada vez mais são os autores que pensam que os maiores progressos no que se refere à inteligência provêm de estudos e trabalhos centrados na interface entre a personalidade e a inteligência.

Em vez de procurar relações globais entre a inteligência e a personalidade, será mais conveniente encontrar as tarefas melhor conseguidas por uns ou por outros. Por exemplo, diferentes autores verificaram que os extrovertidos privilegiam a velocidade em detrimento da exactidão e que os introvertidos se comportam de maneira oposta.

A impulsividade é, muitas vezes, considerada de maneira negativa. Todavia, é apenas na sua forma extrema e patológica que a mesma pode mostrar-se nefasta, enquanto na sua expressão moderada pode conduzir a adaptações positivas.

Por limitações de estrutura deste trabalho não foi possível proceder à apresentação das inter-ligações da personalidade com as emoções, mas são públicas as implicações entre ambas e a importância das mesmas na compreensão da personalidade.

As relações mantidas entre emoções e personalidade baseiam-se, essencialmente, na experiência emocional, isto é, na forma como a pessoa experimenta as emoções, na sequência de um acontecimento. Aqui também a extroversão encontra-se positivamente associada à expressão de emoções positivas, enquanto o neuroticismo está correlacionado com a expressão de emoções negativas.

REFERÊNCIAS

Ackerman, P. L.; Heggestad, E. D. (1997), «*Intelligence, personality, and interest: Evidence for overlapping traits*», *Psychological Bulletin*, 121, pp. 219-245.

Beck, A. T. (1991), *Cognitive therapy: A 30-year retrospective*, *American Psychologist*, 46, pp. 368-375.

Cattell, R. B. (1987), «*Intelligence: Its structure, growth and action*», New York, North-Holland.

Collis, J. N.; Messik, S. (2001) «*Intelligence and Personality. Bridging the gap in theory and measurement.*», London, Lawrence Erlbaum Associates.

Crookes, T. G.; Pearson, P. R. *et al.* (1981), «*Extraversion and performances on Raven's progressive matrices in 15-16 year old children*», *British Journal of Educational Psychology*, 51, pp. 109-111.

Derryberry, D.; Reed, M. A. (1994), «*Temperament and attention: Orienting toward and away from positive and negative signals*», *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, pp.1128-1139.

Dickman, S. (1985), «*Impulsivity and perception: Individual differences in the processing of the local and global dimensions of stimuli*, *Journal of Personality and Social Psychology*,48, pp. 133-149.

Dickman, S. (1990), «*Functional and dysfunctional impulsivity: Personality and cognitive correlates*», *Journal of Personality and Social Psychology*,58, pp. 95-102.

Eysenck, H. J.; Cookson, D. (1969), «*Personality in primary schoolchildren*», *British Journal of Educational Psychology*, 39, pp. 109-122.

Eysenck, H. J. (1971), «*Relation between intelligence and personality*», *Perceptual and Motor Skills*, 32, pp. 637-638.

Eysenck, H. J. (1975), «Extraversion, arousal and speed of retrieval from secondary storage», *Journal of Personality*, 43, pp. 390-401.

Eysenck, H.J. (2000), «*Intelligence: a new look*», New Jersey, Transaction Publishers.

Forgas, J. P. (1994), «The role of emotion in social judgments; An introductory review and an affect infusion model (AIM)», *European Journal of Social Psychology*, 24, pp.1-24.

Furnham, A.; Forde, L.; Cotter, T. (1988), «Personality and intelligence», *Personality and Individual Differences*, 24, pp. 187-192.

Jensen, A. R. (1964), «*Individual differences in learning: interference factor*», Berkeley, University of California.

Josephson, B. R; Singer, J. A.; Salovey, P. (1996), «Mood relation and memory: Repairing sad moods with happy memories», *Cognition and Emotion*, 10, pp. 437-444.

Kelly, G. A. (1991), «*The psychology of personal constructs*», New Yorque, Routledge.

Lynn, R.; Hampson, S. *et al.* (1982), «*Determinants of educational achievement at 16+: Intelligence, personality, home background and school*», *Personality and Individual Differences*, 4, pp. 473-481.

Mattews, G.; Dom, L. (1995), «*International handbook of personality and intelligence*», New York, Plenum, pp. 367-396.

Raine, A.; Reynolds, C; Venables, P. H.; Mednick, S. A. (2002), «Stimulation seeking and intelligence: A prospective longitudinal study», *Journal of Personality and Social Psychology*, 82, pp. 663-674.

Rawlings, D., & Carnie, D. (1989). «The interaction of EPQ extroversion and WAIS Subtest performance under timed and un-timed conditions.» *Personality and Individual Differences*, 10, 453-458.

Rawlings, D.; Skok, M. (199), «*Extraversion, venturesomeness and intelligence*», *Personality and Individual Differences*, 15, pp. 389-396.

Roberts, B. W. (2002), «*The relationship between extraversion and ability*», *Personality and Individual Differences*, 32, pp. 517-522.

Robinson, D. L. (1989), «*The neurophysiological basis of high*», *International Journal of Neuroscience*, 46, pp. 209-234.

Rusting, C. L. (1999), «*Interactive effects of personality and mood on emotion-congruent memory and judgment*», *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, pp. 1073-1086.

Saklofske, D. H. (1985), «*The relationship between major personality dimensions and simultaneous and sequential processing in children*», *Personality and Individual Differences*, 6, pp.429-433.

Saklofske, D. H.; Kostura, D.D. (1990), «*Extraversion-introversion and intelligence*», *Personality and Individual Differences*, 11, pp. 547-551.

Saklofske, D. H.; Zeidner, M. (1995), «*International handbook of personality and intelligence*», New York, Plenum.

Salovey, P.; Mayer, J. D. (1994), «*Some final thoughts about personality and intelligence*», in R. J. Sternberg, P. Ruzgis (eds), *Personality and intelligence*, New York, Cambridge University Press.

Seidlitz, L.; Diener, E. (1993), «*Memory for positive versus negative life events; Theories for the differences between happy and unhappy personality*», *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, pp. 654-664.

Smirnov, S. O. (1994) «*Intelligence and personality in the psychological theory of activity*» in R. J. Sternberg, P. Ruzgis (eds), *Personality and intelligence*, New York, Cambridge University Press.

Smith, S. M.; Petty, R. E. (1995), «Personality moderators of mood congruency effects on cognition: The role of self-esteem and negative mood regulation», *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, pp. 1092-1107.

Sternberg, R. J.; Ruzgis, P. (1994), «*Personality and intelligence*», New York, Cambridge University Press.

Stough, C.; Brebner, J. *et al*, (1996), «*The relationship between intelligence, personality and inspection time*», *British Journal of Psychology*, 87, pp.255-268.

Van Praag, H.; Kempermann, G.; Gage, F. H. (1999), «Running increases cell proliferation and neurogenesis in the adult mouse dentate gyrus», *Nature Neuroscience*, 2, pp. 266-270.

Witkin, H. A.; Goodenough, D. R. (1977), *Field dependence and interpersonal behavior*, *Psychological Bulletin*, 84, pp. 661-689.

Woody, K.; Claridge, G. (1977), «*Psychoticism and thinking*», *British Journal of Social and Clinical Psychology*, 20, pp. 241-248.

Zuckerman, M. (1994), «*Behavioral expressions and biological bases of sensation seeking*», Cambridge, Cambridge University Press.